

PATOLOGIAS CONGÊNITAS DAS INSTITUIÇÕES DE 1988

João Quartim Moraes¹

Prelúdio burlesco: a "Nova República" de Sarney

Tanto na luta política quanto na publicidade comercial, fórmulas bem escolhidas conferem qualidades imaginárias a produtos de conteúdo duvidoso. Quando lançada por Tancredo Neves, candidato da oposição à presidência, num discurso em *Vitória*, em novembro de 1984, a expressão "Nova República" tinha um claro sentido de ruptura com a ditadura e de construção de novas instituições: "Restaurar a democracia é restaurar a República. É edificar a Nova República, missão que estou recebendo do povo e se transformará em realidade pela força não apenas de um político, mas de todos os cidadãos brasileiros". A fórmula "pegou", mas foi logo abastardada pelos espertalhões mediáticos, notadamente a Rede Globo. Onde Tancredo via um processo, os "comunicadores" enxergaram apenas uma maneira oportunamente ambígua de designar o regime inaugurado em 15 de março de 1985 com a saída do general João Figueiredo pela porta dos fundos do Palácio do Planalto e a entrada de

¹ Professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

José Sarney pela porta da frente do mesmo estabelecimento. Foi esta uma duplamente infeliz conseqüência da enfermidade letal que impediu a posse de Tancredo, eleito presidente em 15 de janeiro do mesmo ano por um duvidoso Colégio Eleitoral. Seu vice, José Sarney, um dos mais espertos manobristas da ala civil da ditadura, especialista em pular fora de barcos afundando e subir rapidamente a bordo dos que vão de vento em popa, foi propelido à chefia do Estado brasileiro² Na qualidade de presidente do PDS (novo nome da ARENA, o prolongamento parlamentar do Alto-Comando militar), ele tinha desafiado despudoradamente os milhões de brasileiros mobilizados para exigir o direito de eleger o presidente da República, comandando a manobra que impediu a emenda constitucional do deputado Dante de Oliveira, que restabelecia as eleições diretas, de obter no Congresso reunido em 25 de abril de 1984 a maioria de dois terços

² Remetemos, sobre o governo Sarney e seus personagens, a nosso livro *Liberalismo e ditadura no Cone Sul*, Campinas, IFCH-UNICAMP, 2001. Acrescentamos apenas um lance típico na trajetória do espertalhão. Sob o título “Sarney não evita quebra do Banco Santos, mas salva sua poupança”, a *Revista Consultor Jurídico* de 18 de novembro de 2004 forneceu pormenores sobre a bancarrota de Edegar Cid Ferreira, o audacioso banqueiro cuja nababesca prosperidade nutria-se em boa medida de suas muito boas relações com Sarney. Na sexta-feira 12 de novembro de 2004, o Banco Central decretou intervenção no Banco Santos, cujo dono era Edegar. Dias antes, ele tinha recorrido ao compadre Sarney para que ajudasse a salvar o banco do desastre. Mas o compadre, que bem conhecia o adágio “malandro não estri-la”, tratou, em vez disso, no dia 11, véspera da intervenção, de sacar cerca de R\$ 2 milhões que tinha posto no Banco do parceiro. Uma semana depois divulgou nota oficial: “Eu, como centenas de correntistas, em face dos rumores publicados na imprensa e existentes na praça sobre o Banco Santos, transferei meus depósitos, produto da venda da minha fazenda Pericumã para o Banco do Brasil”. Rumores na imprensa e na praça sempre há. Já as informações de primeira mão não são para qualquer correntista. Amigos, amigos, negócios à parte. E que negócios!

necessária para sua aprovação. Mas algumas semanas depois, constatando que o PDS tinha se alugado sem retorno à candidatura indireta de Paulo Maluf à presidência da “República”, Sarney executou desenvolta pirueta política que o levou, da direção do partido cujo candidato à presidência era Maluf, a candidato a vice-presidente da oposição a Maluf. O acaso propiciou-lhe bem mais do que podia esperar dessa e de outras acrobacias: morto Tancredo, ele tornou-se presidente efetivo de uma “Nova República”, cuja mais nítida diferença em relação à velha ditadura era o nome.

Com efeito, para os movimentos sociais e o conjunto das forças efetivamente democráticas, a data de 15 de março de 1985 teve pouca importância. A mudança significativa relativamente aos anos sombrios do “Ato 5”, em que a tortura e o terrorismo de Estado constituíam métodos regulares de “combate à subversão”, ocorrera no final do governo Geisel, com a desativação dos DOI-CODI e a destituição dos generais que defendiam a manutenção desses organismos militares paralelos que impunemente aterrorizavam e torturavam os cidadãos considerados como nocivos à “segurança nacional”³. Sem dúvida, teve alguma importância o fato de que, após vinte e um anos em que a presidência da “República” ficou reservada a generais de quatro estrelas, ela tenha sido assumida por um civil. Mas o fato desse civil se chamar José Sarney contribuiu decisivamente

³ Cabe lembrar que, em depoimento de memórias, o general Ernesto Geisel pronunciou-se favoravelmente à tortura em casos de ameaça à “segurança nacional”. Disse em voz alta o que seus consortes também pensaram e praticaram em escala industrial. Com a circunstância atenuante, para ele, de que, no poder, enfrentou os torturadores. Segundo a atual legislação brasileira, a tortura é crime hediondo. Proíbe-a também a Carta da ONU. No Estado de Israel, entretanto, a tortura de presos políticos palestinos é autorizada pela lei. Os imperialistas estadunidenses e seus sócios britânicos praticaram-na largamente no Iraque invadido. Com George W. Bush adquiriu estatuto legal.

para que a presença da cúpula das Forças Armadas no poder de Estado permanecesse substancialmente idêntica ao que ela tinha sido durante os últimos anos da ditadura, sob o general Figueiredo.

O Congresso Constituinte e os limites liberais da soberania popular.

A convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte era objetivo central da oposição à ditadura. As duas Constituições outorgadas discricionariamente pela cúpula militar em 1967 e em 1969 (esta, sob vigência do Ato Institucional nº 5) eram incompatíveis com a “restauração da República” preconizada por Tancredo. República. Esta exigiria o apelo franco e direto ao poder constituinte originário do povo. Perspectiva que não entrava nos planos de Sarney e seu “entorno”. Claro que, para efeitos declamatórios, admitiam que “todo o poder emana do povo”. Mas por “emanar” entendiam, à semelhança da tubulação que conduz a um reservatório a água captada na fonte de que emana, que a ordem constitucional canaliza o poder que emana do povo, pondo-o a serviço, através de múltiplos arranjos de engenharia institucional, dos interesses sociais dominantes, que costumam ser os da classe dominante e das que lhe são aliadas.⁴

Fizeram como entendiam: sem nenhuma espécie de consulta popular, decidiram que a instância legalmente investida do poder constituinte seria o Congresso eleito em 15 de

⁴ Esses interesses nem sempre são plenamente compatíveis. As alianças de classes funcionam na medida em que o interesse hegemônico leva em conta interesses que integram o bloco dominante, sem, contudo serem hegemônicos. É o caso, nos Estados Unidos e na União Européia, dos agricultores fortemente subsidiados, porque se não o fossem, seria muito forte o risco de ruptura do equilíbrio social. A subordinação, em nossa época, das relações econômicas burguesas à lógica do capital financeiro não é, portanto absoluta. Leva em conta os interesses dos “sócios menores”.

novembro de 1986, acrescido de um terço dos senadores que tinham sido eleitos em 15 de novembro de 1982. Mesmo sem esse entulho de senadores provindos da ditadura, o princípio básico “um eleitor, um voto” foi desrespeitado: reproduzindo a sobre-representação dos Estados menos populosos no Senado e na Câmara Federal, o voto constituinte teve peso desigual em escala nacional.

O fato de que as eleições para os governos estaduais, que tendem a polarizar a atenção dos votantes, tenham ocorrido na mesma data que a do Congresso contribuiu para que, ao elegerem deputados e senadores investidos de poder constituinte, os cidadãos, em sua grande maioria, ignoravam qual opção estavam fazendo a respeito do conteúdo do futuro texto constitucional. Os principais partidos sequer propuseram uma síntese das posições que iriam defender no Congresso Constituinte, deixando no escuro a massa dos eleitores.

A despeito de todas essas deformações, nenhuma das Constituições brasileiras foi tão longa e amplamente discutida quanto a promulgada em 5 de outubro de 1988. Porém as discussões ocorreram sobretudo no âmbito do próprio Congresso, onde a tropa de choque da direita assumiu a vanguarda do auto-intitulado “Centrão”. Esse estranho centro que não tinha ninguém à sua direita encabeçou a reação contra as medidas progressistas apresentadas pela esquerda. Os “moderados” do Partido do movimento democrático brasileiro (PMDB), tendo à frente Ulysses Guimarães e outros “históricos” da oposição liberal à ditadura, que já se tinham omitido a respeito da crítica ao caráter congressual da Constituinte, acabaram compondo com o Centrão em algumas questões decisivas, notadamente na recusa de anistia plena aos militares punidos em 1964 por se terem negado a participar do golpe reacionário. O então senador F. H. Cardoso chegou mesmo a invocar o “argumento da força” (isto é, o perigo de aborrecer as cúpulas militares) para explicar sua conivência, nesse episódio, com o poder das armas. Nem sempre, porém os “moderados” fizeram causa comum com a direita. Em

algumas votações, juntaram-se à esquerda para fazer aprovar os dispositivos progressistas da nova Constituição.

Fora do Congresso, os trustes mediáticos recorreram às mais baixas modalidades de provocação e de intoxicação política para neutralizar os constituintes de esquerda e manter o controle conservador não somente sobre a elaboração do texto constitucional, mas principalmente sobre a situação política nacional. Um exemplo característico de patrulhamento mediático, entre muitos outros, é a longa nota editorial da p. 3 de *O Estado de São Paulo* de 11 de dezembro de 1987, assinada C.C. (sem dúvida Carlos Chagas, ex-assessor de imprensa de Costa e Silva, durante o auge da ditadura)⁵. Ela tem o mérito de expressar cruamente, sob um título digno de qualquer pasquim de extrema-direita (“Planalto descobre a trama das esquerdas”), o horror da direita liberal e dos conservadores em geral ao constituinte originário, o povo soberano. Vale reproduzi-la:

O Palácio do Planalto está convencido da existência de trama minuciosamente engendrada desde o ano passado pela esquerda do PMDB, visando à tomada do poder.[...] Esses setores ditos progressistas do PMDB [...] imaginaram atuar por meio da Assembléia Nacional Constituinte onde são minoria ativa. Já na convocação, deram o sinal de suas intenções ao modificar o texto da Emenda nº 26, encaminhada ao Congresso pelo Executivo. Retiraram sutilmente o prazo que o presidente José Sarney pretendia estabelecer para os trabalhos constituintes. [...] As esquerdas também

⁵ Na véspera, 10 de dezembro, certamente não por coincidência, o *Jornal da Tarde*, outro diário da “família” oligárquica Mesquita, publicara editorial contendo hipérboles macartistas que teriam espantado até os politólogos do SNI. Por exemplo, Mário Covas é apresentado como chefe da “ultra-esquerda” no Congresso.

inseriram, na emenda afinal aprovada, a expressão "livre e soberana", de modo a tentar concentrar na Assembléia Nacional Constituinte um poder que não lhe cabia. Quiseram situar-se acima e além das instituições constituídas. O parecer do ex-deputado Flávio Bierrenbach traduziu essa intenção [...]. A idéia era desconstituir o País[...]. Houve quem pretendesse, até mesmo, a subordinação das Forças Armadas ao poder constituinte.

Escândalo supremo, com efeito, para a direita liberal: pretender não somente que os militares obedeçam aos deputados legitimamente eleitos pelos cidadãos, mas sobretudo, tramar para que a Constituinte fosse constituinte, isto é, que, representando o corpo eleitoral, definisse as novas instituições fundamentais da nação brasileira. Para o editorialista, porém, os membros daquela "minoría ativa" (expressão típica de comunicados policial-militares), ao não aceitarem, como queria Sarney, concluir os trabalhos constituintes ainda em 1987 e ao incluírem a fórmula "livre e soberana" para caracterizar a assembléia constituinte, estavam tentando "concentrar[...] um poder que não lhes cabia". Pior: "queriam situar-se acima e além das instituições constituídas". Será preciso lembrar que estas instituições haviam sido "constituídas" sob o nefando regime do Ato 5?

Mas o articulista expressava bem a situação de fato: com o governo Sarney, os interesses dominantes da burguesia e do latifúndio mantiveram praticamente intocados os mecanismos do poder de Estado. Foi preservada, notadamente a distorção institucional que permitia aos ministros das três Armas exercerem, no governo, a função de mediadores e porta-vozes das corporações a que pertenciam, em vez de executarem, em suas respectivas esferas de atividade, o programa do governo de que faziam parte. Essa segmentação do poder político é responsável, entre outras disfunções, pelas contradições de nossa política externa: enquanto a ala mais avançada da diplomacia (que Lula iria associar a seu governo desde o início) sustentava

orientação independente e não-alinhada, os chefes militares continuam aferrados às obsessões da guerra fria. Continuavam também prontos a derramar sangue do povo para manter a ordem do capital.

Mancha de sangue em Volta Redonda

A ditadura acabou oficialmente em 1985, mas como diria Leonel Brizola, deixou muitos filhotes, dentro e fora das FFAA. No dia 1º de outubro de 1986, quando a opinião pública ainda não sabia que o Plano Cruzado tinha fracassado (Sarney e o PMDB esperavam as eleições de 15 de novembro, em que iriam obter votação maciça, para depois deixar “reajustar” os preços em níveis vertiginosos), uma simples ameaça de greve na Companhia Siderúrgica Nacional bastou para que as instalações do complexo siderúrgico de Volta Redonda fossem ocupadas por um batalhão de Infantaria Motorizada, enviado por ordem do general Leônidas Gonçalves, ministro do Exército e leão-de-chácara da “Nova República”. Não houve incidentes porque os operários recuaram. Não poderiam, entretanto, erigir o recuo em norma de ação, nem muito menos, renunciar ao direito de greve, tão duramente conquistado.

O objetivo de Sarney e Leônidas, porém, consistia, conforme método habitual da direita liberal, em cercar o exercício do direito de greve de restrições suficientemente rígidas para torná-lo na prática inoperante, ao menos nos setores-chave da indústria. Em 12 de dezembro de 1986, em plena explosão do custo de vida, o Exército respondeu a um apelo de greve geral programada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) com a ocupação de todos os estabelecimentos industriais importantes do setor estatal. Houve protestos dos partidos de esquerda, mas o PMDB caucionou de novo a intervenção militar contra a greve. O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, que antes de ingressar no governo Sarney fingia simpatia pela causa sindical, embrenhou-se em

melíflua fraseologia tentando inutilmente conciliar a velha máscara progressista com sua presente condição de agente do capital. Além da retórica vazia do ministro do Trabalho, não faltaram nas manobras governamentais contra a greve de 12 de dezembro operações de intoxicação da opinião pública, como as “notícias” em velho estilo policial, complacientemente reproduzidas na imprensa⁶.

Mas foi cinco semanas após a promulgação da Constituição que a repressão anti-operária atingiu o clímax. Diante da deterioração do poder aquisitivo dos salários e da degradação das condições de trabalho, uma assembleia sindical decidiu, em 4 de novembro de 1988, com amplo apoio dos operários, convocar uma greve na Companhia Siderúrgica Nacional. Para evitar que o Exército ocupasse as instalações fabris, como o fizera em dezembro 1986, os grevistas resolveram ocupá-las eles próprios. Sarney e Leônidas responderam com contundência fascistoide. Na noite de 9 de novembro de 1988, cerca de 3.000 soldados do Exército, além de agentes da Polícia Federal e forças da Polícia Militar do Rio de Janeiro ocuparam Volta Redonda, intimidando a população, ligada por múltiplos interesses e vínculos, inclusive familiares e afetivos, aos operários em luta e impedindo-a de lhes prestar solidariedade. Em seguida, num feito de armas digno dos anais da covardia reacionária, que o ministro da Justiça de então, Paulo Brossard, ousou “justificar”

⁶ Por exemplo, a *Folha de São Paulo* de 10 de dezembro publicou matéria assinada pela “Sucursal de Brasília” denunciando grupos de “extremistas infiltrados” no comando de greve, os quais, no âmbito de uma “ação orquestrada” visando à “desestabilização do país”, estariam querendo “um cadáver”. Profecia fácil, considerando a truculência tradicional dos aparelhos repressivos. Como, entretanto, é muito difícil julgar as intenções alheias, isto é, decidir quem “queria” cadáveres, o critério objetivo consiste em saber quem agiu de maneira a produzir cadáveres: se os operários fazendo uso do direito de greve ou os que enviaram soldados armados até os dentes para reprimir grevistas.

em abomináveis declarações, os valentões invadiram o complexo siderúrgico, matando três operários e deixando algumas dezenas de feridos.

Uma vez mais em nossa cinzenta história republicana, o “Estado de Direito” renascia sob o signo mesquinho, hipócrita e freqüentemente sanguinário do liberalismo de periferia. Não contentes de assassinar os três operários, os fascistas do Exército tentaram assassinar-lhes a memória. No dia 1º de maio de 1989 foi inaugurado em Volta Redonda um monumento aos mortos durante a covarde invasão do complexo siderúrgico. Vinte e quatro horas depois, o monumento estava destruído por uma explosão. O autor desse novo crime foi identificado: o coronel Álvaro Pinheiro. Permanece totalmente impune. Foi até promovido a general, por seus parceiros que controlavam a cúpula do Exército. Numa estupenda lição que contrasta com os métodos torpes do terrorismo fascista, o genial arquiteto comunista Oscar Niemeyer, autor do projeto do monumento, preferiu que ele permanecesse com as marcas do terrorismo militar-fascista, para memória e edificação das novas gerações.

Do primeiro Fernando ao segundo

Ao voltar a exercer, em 1989, após vinte e nove anos em que dele estiveram privados, o direito de eleger o presidente da república, os cidadãos brasileiros escolheram um pífilo play-boy que nem sequer conseguiu saquear os cofres-públicos com a secular competência das “elites” políticas tradicionais. Essa patética ironia tinha um grande precedente histórico. No célebre *18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx explicou, com insuperável precisão analítica, por que o sufrágio universal, pelo qual as classes oprimidas tanto vinham se batendo, logo ao ser instituído, serviu no dia 10 de dezembro de 1848 para conduzir à presidência da república o aventureiro reacionário Luís Bonaparte, que recebeu 5,5 milhões de votos, contra 1,5 milhão

para seu oponente para levar ao poder um acabado cafajeste, como diríamos hoje. Domenico Losurdo examinou em profundidade, em livro que conquistou merecido reconhecimento internacional⁷, o que podemos chamar *paradoxo congênito* do sufrágio universal: ele serviu, , o general Cavaignac, cujo maior trunfo eleitoral era ter esmagado a ferro e fogo a rebelião dos operários parisienses em 23-26 de junho daquele mesmo ano⁸; os demais candidatos, juntos, receberam 400.000 votos.

Também no Brasil de 1989, as forças políticas que mais tinham lutado para que o presidente voltasse a ser escolhido pelo sufrágio universal foram derrotadas assim que esse direito foi conquistado. Essa derrota se explica em alguma medida pelo impacto da imagem de “caçador de marajás” com que se fantasiou Fernando Collor de Melo. Atacar o “empreguismo” na função pública é uma modalidade hipócrita e demagógica de moralismo (da qual Jânio Quadros permanece o grande modelo) que costuma assegurar notáveis sucessos políticos para a direita brasileira⁹.

Mas o fator mais importante de êxito de Collor foi sem dúvida a má performance eleitoral dos demais candidatos vinculados aos interesses dominantes, a saber à direita, Ronaldo Caiado, chefe da UDR, Paulo Maluf e Aureliano Chaves; no centro Ulysses Guimarães e Mário Covas. Contra eles, havia Brizola e

⁷ Domenico Losurdo, *Democrazia o bonapartismo*, Bollati Boringhieri, Torino, 1993.

⁸ “A repressão da insurreição efetuou-se com uma cólera incredivelmente desenfreada.[...] Sem examinar, soldados, guardas nacionais e guardas mobilizados traspassavam com as baionetas todos que estivessem usando o blusão (de operário)”. Albert Milhaud, *Histoire contemporaine*, Paris, Cornely, 1904, p. 176. O livro, destinado ao ensino médio, reflete consenso geral sobre as atrocidades cometidas pelas forças do general Cavaignac, investido de poderes ditatoriais.

⁹ Já as versões mais arrogantes (mas igualmente hipócritas) do moralismo político, hoje representadas pelo PSDB, têm no udenismo seu paradigma.

Lula¹⁰. Para enfrentá-los, os círculos dominantes da burguesia estavam dispostos a apoiar qualquer aventureiro capaz de arrebanhar votos. Escolheram, com pleno apoio da Rede Globo, investir em Collor, que tinha subido bastante nas sondagens de intenção de voto juntando demagogia desabrida à desenvoltura da oligarquia agrária. Capaz das mais vulgares imposturas, ousou erigir-se em defensor dos “descamisados”, ele que só ficava sem camisa para exhibir-se nas praias e pilotar poluentes “jet-skys”. No segundo turno, ele beneficiou-se de todas das calúnias e chantagens que a mediática do capital pôde lançar contra Lula. Quem assistiu ao debate final lembra-se de como, graças àquelas torpezas, o insolente candidato da oligarquia acuou seu oponente.

Na presidência, o aventureiro acumulou desmandos e escândalos. O “fora Collor”, lançado pela UNE em agosto de 1992, resultou de uma justa indignação da opinião pública com a corrupção descarada de seu entorno. Mas o vasto movimento que conduziu à destituição do presidente indigno pelo Congresso não escapou à lógica do moralismo. Muitos dos que expuseram à execração pública a clique instalada no Palácio do Planalto eram também saqueadores dos cofres públicos. Atendo-se aos efeitos escandalosos do governo “collorido”, sem querer ou poder ocupar-se seriamente das causas profundas, a almejada reforma dos costumes políticos apenas arranhou as relações entre o dinheiro e o poder. A principal consequência política do “fora Collor” acabou sendo o fortalecimento do Congresso, que dele se serviria para aumentar seu poder de barganha com o Executivo.

Durante o governo de Itamar Franco, o vice que completou o mandato do primeiro Fernando, foram tomadas as iniciativas que conduziriam ao controle da inflação e abriram caminho à

¹⁰ Roberto Freire, naquela eleição, defendeu idéias republicanas de esquerda (“pela desprivatização do Estado”, notadamente). Depois saberíamos que estava de malas prontas para armar sua tenda no acampamento da direita.

ascensão de F.H. Cardoso à presidência. A sorte o ajudou: consta que em 1992 ele estava prestes a aceitar o convite “collorido” para assumir o Ministério dos Assuntos Exteriores, mas Mario Covas, como ele um dos chefões do Partido da social-democracia brasileira (PSDB), dissidência de direita do PMDB, o impediu de embarcar nesse “bateau-mouche” furado. Assumindo a presidência, Itamar ofereceu-lhe o posto cobiçado. Deu o passo decisivo de sua carreira política ao associar-se à elaboração do Plano Real, assumindo o Ministério da Fazenda. Candidato das forças conservadoras às eleições presidenciais de outubro 1994, elegeu-se, graças ao êxito do real¹¹, no primeiro turno, derrotando Lula.

Em seus dois mandatos sucessivos (1995-2002), F.H. Cardoso levou adiante o programa neoliberal iniciado pelo primeiro Fernando. Mas em vez de meter os pés pelas mãos, como este, ele fez tudo como mandava o figurino, cuidando antes de mais nada de consolidar um bloco governista no Congresso. A privatização foi empurrada a toque de caixa¹², seguida pelo ataque à aposentadoria dos trabalhadores do setor público¹³. As demais diretrizes de seu governo foram também conformes ao chamado “consenso de Washington”, cartilha da submissão às diretrizes

¹¹ Os setores ditos “cepalianos” do PT e da esquerda em geral erraram duplamente ao não conferir caráter prioritário à luta contra a hiperinflação. Acharam que o Plano Real ia fracassar, mas não elaboraram um plano alternativo credível. Na prática, subestimaram a importância da estabilização monetária para a massa dos assalariados. Os tucanos tiraram grande proveito eleitoral dessa subestimação.

¹² Privatização ou privatária, como diz conhecido jornalista insuspeito de simpatia pela esquerda “estatizante”.

¹³ Uma fotografia publicada na primeira página de *O Estado de São Paulo* de 20 de novembro de 1997 merece figurar com destaque num álbum de família do neoliberalismo brasileiro. Vemos um bando de deputados, entre os quais Aécio Neves e Luis Eduardo Magalhães, eufóricos e risonhos, boconas abertas, mãos triunfalmente erguidas comemorando, como esclarece o jornal sob o título “Governo faz reforma passar no Congresso”,

da contra-revolução econômico-financeira encabeçada pelos círculos dirigentes do imperialismo estadunidense. Para obter um segundo mandato, vedado pela Constituição de 1988, juntou com métodos duvidosos a maioria qualificada exigida para uma reforma constitucional.

Lula: o medo e a esperança

Candidato à presidência pela quarta vez consecutiva, Lula finalmente “chegou lá” nas eleições de outubro 2002, à frente de uma aliança do Partido dos trabalhadores (PT), em cuja ala esquerda figurava o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), mas que incluía à direita, como principal aliado, o Partido Liberal (PL), que forneceu o candidato a vice-presidente, José Alencar. Essa escolha, asperamente criticada pela esquerda, baseava-se num sólido argumento que os articuladores da campanha eleitoral de Lula expuseram com maquiaveliana objetividade: se continuasse a contar exclusivamente com os votos dos eleitores costumeiros (de 1989,1994 e 1998), na melhor das hipóteses ele seria derrotado por pequena margem no segundo turno por José Serra, candidato da coligação de centro-direita, cujo eixo era formado pelo PSDB e pelo Partido da frente liberal (PFL), com apoio do PMDB. Era preciso, para ganhar, ampliar à direita.

Consciente da justeza desse cálculo e disposta a impedir que tivesse êxito, a equipe de Serra lançou sórdida campanha de intoxicação, cujo principal “argumento” era o medo: se Lula vencer, provocará o caos social, seguirá o modelo de Chávez, não pagará a dívida externa, a inflação galopante voltará etc. Uma atriz reacionária, que em décadas anteriores posara de “namoradina do Brasil”, apareceu na televisão, com cara

a derrubada do “regime jurídico dos servidores públicos”, que “abre caminho para o fim da estabilidade no setor público”.

Um balanço crítico da redemocratização no Brasil

lúgubre, para cacarejar: “Eu tenho medo...”. O medo programado da canastrona não contaminou o povo (que preferiu acreditar no grande slogan da vitória de Lula, “a esperança venceu o medo”), mas impressionou os especuladores: o dólar, que em abril de 2002, antes do início da campanha eleitoral, valia cerca de 2,5 reais, foi subindo à medida que diminuía a possibilidade de vitória do candidato da direita, para atingir 3,8 reais.

Malgrado esses golpes baixos, Lula obteve 53 milhões de votos no segundo turno, que lhe asseguraram 61,4% dos sufrágios expressos, contra 38,6% para seu adversário. Sabia-se que a defesa do real face ao ataque dos especuladores do dólar constituiria uma prioridade do novo governo. Muitos no entorno presidencial tinham presente à memória o papel decisivo da hiperinflação e do conseqüente caos monetário na desestabilização do governo de Salvador Allende. Compreende-se, neste contexto, que a preocupação de “acalmar os mercados financeiros” tenha se tornado predominante nos compromissos eleitorais e nos planos de governo da equipe de Lula. Os muitos militantes do PT que se desiludiram com o predomínio das preocupações monetaristas do candidato da esquerda, apenas se auto-iludiram. Para triunfar, o PT fez o necessário para acalmar os banqueiros. Não se pode, pois falar em traição. Mas o medo pareceu sufocar a esperança quando Antônio Palloci, ministro da Fazenda, anunciou no dia 7 de fevereiro, pouco mais de um mês após a posse de Lula, a elevação do “superavit primário” (isto é, a diferença entre receitas e despesas públicas, não incluídos os juros da dívida pública) de 3,75% (exigido pelo FMI), para 4,25% do PIB, mostrando-se um neoliberal mais zeloso do que o próprio FMI em matéria de controle monetário e de rigor orçamentário. Em termos absolutos, estava impondo um corte de R\$ 14,1 bilhões no orçamento, que afetou todos os “programas sociais” do governo¹⁴. Ao mesmo tempo, postergava-se um aumento

¹⁴ Segundo dados anunciados pela imprensa, os ministérios da área social sofreram redução de aportes num montante superior a R\$ 5 bilhões.

significativo do salário mínimo, que F.H.Cardoso deixara em R\$ 200,00 (menos de U\$ 60,00).

O medo já tinha prevalecido na decisão de confiar a presidência do Banco Central do Brasil ao banqueiro Henrique Meireles. A escolha espantou não tanto por ser um político do centro (havia tantos outros no novo governo), mas por ter sido, durante toda sua carreira profissional, um quadro executivo do Fleet-Bank Boston, no qual se aposentou, em agosto de 2.002, quando exercia o cargo de presidente da sucursal no do Brasil, para concorrer a uma cadeira de deputado federal pelo PSDB¹⁵. Imposto a Lula como condição para acalmar o “nervosismo dos mercados”, Meireles logo disse a que vinha: na primeira reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central que presidiu, elevou a taxa básica de juros de 25% para 25,5% ao ano.¹⁶

As pesadas concessões ao neoliberalismo atingiram o pico com a retomada da ofensiva, desencadeada nos anos noventa pela tucanagem, visando a confiscar dos trabalhadores do setor público o direito à aposentadoria com integralidade do salário. A partir de 2004, entretanto, iniciou-se uma lenta inflexão para melhores rumos, dirigida prioritariamente às camadas mais

¹⁵ O valor anual da aposentadoria de Meireles no “Fleet-Bank of Boston” é de US\$ 750.000. Talvez não seja muito na metrópole imperial, mas não deixa de representar um insulto à pobreza do povo brasileiro. Meireles é também proprietário de 417.389 ações do mesmo banco, o que, nos Estados Unidos seria por si só uma razão para impedi-lo de exercer a função correspondente de Secretário do Tesouro. É evidente, com efeito, que as decisões que tomar em nome do Banco Central não iriam afetar seus interesses financeiros pessoais.

¹⁶ Na segunda reunião, em 19 de fevereiro, face à persistência e até aumento das pressões inflacionárias, impôs novo aumento daquela taxa: de 25,5% para 26,5% ao ano. Em menos de dois meses de governo, a taxa de juros, que já era a mais alta do planeta, foi aumentada de 1,5%. Segundo estatísticas oficiais, cada 1% de aumento dessa taxa, destrói, somente na cidade de São Paulo, 40.000 empregos.

pobres da população. Naquele ano, foram distribuídas 6,5 milhões bolsas-família. Em 2006, 11,1 milhões; em 2010, 12,5 milhões. Talvez não seja preciso buscar mais longe os motivos da reeleição de Lula no final daquele ano. Mas há outros. É ainda cedo para propor uma avaliação final de seus oito anos de governo, mas em seu ativo estão a reconstituição dos serviços públicos desmantelados pelos neoliberais (incluídas as universidades federais, maltratadas pelo governo FHC), a política externa independente (embora nem sempre anti-imperialista) e o notável aumento do poder aquisitivo de cerca de cem milhões de brasileiros: os cinquenta milhões de trabalhadores cujo salário é referido ao mínimo (fixado em R\$ 510,00, cerca de US\$ 300,00, para 2010 e os outros cinquenta milhões de brasileiros beneficiados pela Bolsa Família e outras prestações sociais do Estado brasileiro. Nosso país foi um dos menos atingidos pela bancarrota de Wall Street porque o dinamismo do mercado interno contrabalançou o recuo das exportações.